

“Putá não tem protocolo!”: Reflexões sobre resistências das prostitutas de Belo Horizonte às intervenções urbanas

Resumo

Este texto apresenta reflexões sobre as estratégias de resistência do movimento de prostitutas de Belo Horizonte na luta pelo direito à cidade. Propomos colocar em questão as ferramentas metodológicas e teóricas de modo a tornar visíveis as resistências que não se constroem somente nos espaços institucionalizados de participação cidadã nas políticas de planejamento urbano, mas se constroem de modo inventivo e disperso na cidade. Por meio da inspiração etnográfica, analisamos as estratégias de resistências realizadas pela Associação de Prostitutas de Minas Gerais (Aprosmig), relacionadas ao contexto socioespacial diante das intervenções do planejamento urbano nos territórios de prostituição entre 2011 e 2018.

Palavras-chave: Prostituição. Cidades. Sociologia Urbana. Resistência. Putafeminismo.

Karina Dias Gea

Psicóloga pela UFMG. Mestranda no programa de Pós-graduação em Psicologia da UFMG e bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Brasil. karinadiasgea@gmail.com

Lisandra Espíndula Moreira

Psicóloga pela UFRGS e Doutora em Psicologia pela UFSC. Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFMG. E-mail: lisandra.ufmg@gmail.com

Letícia Cardoso Barreto

Psicóloga pela UFMG. Doutora em Ciências Humanas pela UFSC e pós-doutoranda em Psicologia na UFMG. Professora substituta do Departamento de Psicologia da UFMG. leticiacardosobarreto@gmail.com

Para citar este artigo:

GEA, Karina Dias; MOREIRA, Lisandra Espíndula; BARRETO, Letícia Cardoso. “Putá não tem protocolo!”: Reflexões sobre resistências das prostitutas de Belo Horizonte às intervenções urbanas. *Revista PerCursos*, Florianópolis, v. 19, n.40, p. 160 - 185, maio/ago. 2018.

DOI: 10.5965/1984724619402018160

<http://dx.doi.org/10.5965/1984724619402018160>

“Putas não tem protocolo!”: Reflexões sobre resistências das prostitutas de Belo Horizonte às intervenções urbanas

Karina Dias Gea, Lisandra Espíndula Moreira, Letícia Cardoso Barreto

“Whore has no protocol!”: Reflections on resistances of prostitutes from Belo Horizonte to urban interventions

Abstract

This paper presents reflections on the resistance strategies of the sex workers's movement in Belo Horizonte for city rights. Our purpose is put in question the methodological and theoretical tools to make visible the resistances that do not build themselves in institutionalized spaces of citizen participation in politics of urban planning. But organized in a creative way and spread through the city. Inspired by ethnographic methods, it was analyzed the resistance strategies made by the Associação das Prostitutas de Minas Gerais (Aprosmig), related to the social space context, in front of the interventions of the urban planning in the territories of prostitution between 2011 and 2018.

Keywords: Prostitution. Cities. Urban Sociology. Resistance. Whorefeminism

“Putá não tem protocolo!”: Reflexões sobre resistências das prostitutas de Belo Horizonte às intervenções urbanas

Karina Dias Gea, Lisandra Espíndula Moreira, Letícia Cardoso Barreto

Introdução

A relação entre prostituição e cidades é sempre marcada por contradições. Por um lado, normalmente as prostitutas ocupam áreas centrais que, apesar do intenso trânsito de pessoas, costumam ser desvalorizadas em termos econômicos e vistas como perigosas, sujas ou caóticas. Assim, apesar de as prostitutas contribuírem sobremaneira para dar vida a esses espaços, eles são vistos como importante foco do discurso de revitalização. Esse discurso, na prática, se traduz numa política que visa à substituição do público que frequenta, habita e utiliza determinadas regiões – como prostitutas, mendigos, vendedores ambulantes – por outros públicos, de classes mais altas (SMITH, 2006).

Para Smith (2006), o processo de gentrificação atual ocorre por meio do retorno de investimentos econômicos para os centros antigos das cidades, antes abandonados. O autor explica que, em geral, estes evoluíram de renovações arquitetônicas ou urbanísticas pontuais, esporádicas, isoladas e sem investimentos importantes, para uma gentrificação mais metódica, atraindo parcerias públicas e privadas, até a gentrificação mais generalizada, tornando-se uma estratégia urbana municipal aliada ao setor privado para atrair classes médias e médias altas.

Em Belo Horizonte, o cenário do Hipercentro, localizado na Região Centro Sul da cidade, segundo Silva et al. (2008), é uma região de grande importância na dinâmica social do município por concentrar diferentes tipos de atividades, serviços, formas de uso e de ocupação de suas ruas, praças e equipamentos, produzindo uma pluralidade de sentidos ora mais ou menos articulados e/ou tensionados. Além disso, corresponde a uma unidade de planejamento municipal que já passou por diversas transformações e tem sido objeto de diversos projetos de intervenção, remetendo, dessa forma, ao processo de gentrificação identificado por Smith (2006). Com a desvalorização dessa região da cidade, localizada próximo à estação central devido às constantes inundações pelo ribeirão Arrudas, o aumento dos galpões abandonados e o crescimento do centro se voltando para a avenida Afonso Pena e a praça Raul Soares, a região da Guaicurus¹, nos

¹ A rua Guaicurus é a rua mais conhecida do hipercentro por concentrar a maior quantidade de

“Putas não tem protocolo!”: Reflexões sobre resistências das prostitutas de Belo Horizonte às intervenções urbanas

Karina Dias Gea, Lisandra Espíndula Moreira, Letícia Cardoso Barreto

anos 1950, se desvalorizou, deixou de ter a função industrial e foi cedendo espaço para a implementação das “casas de tolerância”, conhecidas como hotéis “sobe e desce” de prostituição (BARRETO, 2008).

O poder público, ao instituir essa área específica para a prostituição, considerada a principal Zona² da cidade, facilitou o controle da atividade, porém, as propostas de eliminação da mesma área e intervenções que visam sua extinção, mesmo que indiretamente, também são comuns. Por mais que a prostituição não seja crime no Brasil, o país possui um posicionamento considerado abolicionista frente a essa atividade laboral, o que molda a concepção que se tem da prostituição, das mulheres que a exercem e influencia as formas de intervenção, de construção de políticas públicas e teorias acadêmicas produzidas nacionalmente (BARRETO, 2015). No modelo abolicionista³, a prostituta é vista como uma vítima a ser libertada e conscientizada da opressão, enquanto os demais envolvidos que recrutam, organizam e se beneficiam da exploração de seu trabalho devem ser penalizados (WIJERS, 2004), abarcando a adoção de práticas que visam à eliminação da prostituição a partir da ação sobre seu entorno, percebendo as prostitutas como vítimas do sistema. A adoção de uma postura formalmente abolicionista não impediu no país a aplicação de medidas de cunho regulamentarista, que almejam reduzir os males associados à atividade, tida como mal necessário (WIJERS, 2004), sendo responsável por intervenções como a criação de áreas específicas para sua realização, como é o caso da Guaicurus.

Compreendidas nesse cenário marginalizado e ilegal da cidade, as prostitutas são, muitas vezes, alvos prioritários das intervenções urbanas. Nos períodos que o poder público e os interesses privados miram o desenvolvimento urbano, a preocupação com a higienização urbana ou a ordem pública aumentam e, conseqüentemente, uma série de

hotéis de prostituição da capital, mas “a região da Guaicurus” ou “Zona” é mais ampla e engloba a rua São Paulo e rua Espírito Santo que cruzam com a Guaicurus e avenida Santos Dummond à qual é paralela.

² Empregamos a categoria Zona para designar essa região considerada a “zona boêmia da cidade”, pois é assim que as trabalhadoras a nomeiam. Além disso, no Brasil esse termo é sinônimo de áreas que concentram a modalidade de prostituição de baixo meretrício.

³ Wijers (2004) sintetiza quatro modelos principais a partir dos quais a prostituição tem sido pensada: além do modelo abolicionista, modelo proibicionista, o regulamentarista e o laboral/trabalhista.

“Putas não tem protocolo!”: Reflexões sobre resistências das prostitutas de Belo Horizonte às intervenções urbanas

Karina Dias Gea, Lisandra Espíndula Moreira, Letícia Cardoso Barreto

normas legislativas, saberes científicos e discursos normativos são elaborados em defesa do controle ou do extermínio da prostituição (ENGEL, 1989; RAGO, 1985). Assim, vista como forma de escravidão ou como mal necessário, as estratégias de sua eliminação ou controle são variadas, seja pela restrição de áreas específicas onde podem trabalhar, por tentativas de fechamento dos seus locais de trabalho, por meio da rigorosa repressão policial ou pela criminalização dos seus clientes.

Em Belo Horizonte, as tentativas de controle ou de eliminação da prostituição também se fizeram presentes em diferentes momentos e não foram recebidos pelas prostitutas de forma passiva, pelo contrário, serviram muitas vezes de catalisadores para a criação de movimentos associativos, criação/fortalecimento de parcerias e realização de diversos tipos de ações. Mesmo que o Hipercentro seja um espaço historicamente ocupado por elas, segundo Berquó (2016), também possui grande relevância histórica e é uma das regiões de maior interesse econômico da cidade, consolidando-o como importante palco de disputas simbólicas entre o Estado-capital, movimentos sociais e culturais.

Assim, o movimento organizado de prostitutas em Belo Horizonte, que tem como representante principal a Associação de Prostitutas de Minas Geais (Aprosmig), tem também inovado nas possibilidades de resistência, que incluem de curso de idiomas à promoção de atividades esportivas. A Associação foi criada em 2009 e tem como uma de suas principais bandeiras o reconhecimento da prostituição enquanto um trabalho, desconstruindo a estigmatização e lutando por direitos trabalhistas, sendo integrante da Rede Brasileiras de Prostitutas (RBP), um dos principais movimentos nacionais organizados de prostitutas, que também se pauta por esses princípios.

Compreendendo que o planejamento e as transformações urbanas implicam diretamente no exercício da prostituição e na vivência territorial das mulheres, bem como nas suas formas de organização social, nos guiamos na escrita deste artigo pela pergunta: “Putas tem direito à cidade?”. A pergunta posiciona esse texto tanto como denúncia dos processos de higienização nas intervenções urbanas, quanto como um desafio em descrever o modo inventivo da luta social das prostitutas para garantir seu direito à cidade frente às ameaças de um possível processo de gentrificação.

“Putas não tem protocolo!”: Reflexões sobre resistências das prostitutas de Belo Horizonte às intervenções urbanas

Karina Dias Gea, Lisandra Espíndula Moreira, Letícia Cardoso Barreto

Além disso, o presente artigo discute a implementação do Estatuto da Cidade em Belo Horizonte, o processo de exclusão das prostitutas no planejamento urbano do Município e o desafio epistemológico e metodológico para compreendermos as resistências dessas trabalhadoras sem, mais uma vez, excluí-las ou deslegitimar suas formas de luta.

Como as estratégias das prostitutas são diversas e construídas para além dos espaços formais da política urbana da capital, nos debruçaremos também sobre uma proposta que nomeamos de “programa metodológico”, almejando dar conta das múltiplas possibilidades que marcam a existência e a resistência nos espaços urbanos. Nos alicerçamos em reflexões que vêm sendo produzidas a partir de um longo contato com o campo, mas que, a partir do mestrado da primeira autora⁴, tomaram como foco a sistematização dos aspectos vinculados ao direito à cidade e à participação do movimento de prostitutas nos espaços de planejamento urbano. Nesse cenário, objetivamos analisar as estratégias de resistências realizadas pela Associação de Prostitutas de Minas Gerais (Aprosmig), em Belo Horizonte, relacionadas ao contexto socioespacial diante das intervenções do planejamento urbano nos territórios de prostituição entre 2011 e 2018.

O prescrito e o real do marco jurídico-urbanista

Os principais instrumentos legais que orientam o planejamento e a gestão das cidades vigentes no Brasil são os arts. 182 e 183, referentes ao capítulo da Política urbana, da Constituição Federal (BRASIL, 1988) e o Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257/2001 (BRASIL, 2001). Ambos são importantes marcos normativos que têm, como um de seus princípios, a efetivação da função social da cidade e da prática fundamental da participação popular à elaboração de políticas públicas urbanas, frutos de muitas lutas de um conjunto de

⁴ O primeiro contato da primeira autora com o campo foi como bolsista no programa de pesquisa e extensão “Mulheres Promotoras de Cidadania: Prevenção e Enfrentamento à Violência contra Mulheres – Eixo prostitutas (MPC)”. Teve como instituição financiadora o Programa de Apoio à Extensão Universitária (ProExt - UFMG) MEC/SESu de 2011 a 2012. Neste momento, a pesquisadora conta com a bolsa de mestrado do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

“Putá não tem protocolo!”: Reflexões sobre resistências das prostitutas de Belo Horizonte às intervenções urbanas

Karina Dias Gea, Lisandra Espíndula Moreira, Letícia Cardoso Barreto

mobilizações sociais e ações coletivas ligadas à urbanização durante a luta para a democratização e contra o regime militar. De forma similar, o movimento social das prostitutas realizou seus primeiros atos durante esse período, a partir de 1970, em um contexto majoritariamente urbano, inicialmente motivado pela luta contra a violência policial nos pontos de prostituição, denúncias contra as violações de seus direitos civis e, como afirmam Simões (2010) e Helene (2015), compreendem reivindicações pelo direito à cidade.

Apesar de reconhecermos a relevância dessas normativas que implementaram uma nova ordem urbanística para vários movimentos sociais e populações, é importante analisá-las criticamente, especialmente considerando suas efetivações e os desafios na implementação prática. Essas legislações definem as diretrizes gerais para a política urbana, mas a partir delas, cabe a cada município compreender suas próprias especificidades, necessidades e interesses locais, regulamentados no Plano Diretor. Logo, mesmo que o Estatuto da Cidade tenha incorporado os avanços da crítica social frente ao planejamento urbano, não garantiu que o modelo de planejamento que predomina no Brasil implementasse, efetivamente, os processos participativos.

A participação cidadã descrita no Estatuto da Cidade é vaga e não estabelece se seu papel será decisório ou consultivo. O risco dessa indefinição é que a participação seja utilizada apenas para cumprir as exigências burocráticas. Souza (2003) e Kapp (2012) compreendem que essa participação restrita e eletiva, desprovida de poder decisório, demonstra ineficiência por ser utilizada, principalmente, para validar propostas realizadas de maneira centralizada e tecnocrática.

Dessa forma, a promoção da participação popular é esvaziada enquanto a defesa da imparcialidade dos especialistas para o planejamento e gestão urbana é valorizada. Para Souza (2003), a figura do especialista neutro e imparcial é central para preservar a primazia na tomada de decisões e elaboração de propostas, baseado no rigor tecnicista da importância do conhecimento especializado e dos profissionais qualificados. Nessa perspectiva, somente os especialistas são aptos a materializar as demandas da participação popular após determinar o que é viável e fornecendo as soluções mais apropriadas e mais criativas em cada caso. A sua suposta neutralidade garantiria que os

“Putá não tem protocolo!”: Reflexões sobre resistências das prostitutas de Belo Horizonte às intervenções urbanas

Karina Dias Gea, Lisandra Espíndula Moreira, Letícia Cardoso Barreto

planos e diretrizes traçados não fossem contaminados por interesses políticos e/ou econômicos, mesmo que esta seja incapaz de captar todas as variáveis encontradas na cidade (SÁ, 2014) ou em um de seus territórios.

Por mais que o Estatuto da Cidade fixe diretrizes para a elaboração de políticas urbanas e defina a obrigatoriedade da “gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano” (BRASIL, 2001, art. 2º, inciso II), essa participação ainda é um grande desafio.

Um dos entraves a essa diretriz é o fato de grande parte dos municípios brasileiros regulamentarem seus instrumentos de política urbana pautados pela parceria público-privada. Essa regulamentação é justificada por discursos sobre as crises fiscal e financeira que o Estado enfrenta e foi realizada em municípios como Belo Horizonte, Campinas, Rio de Janeiro e São Paulo antes mesmo da consolidação da parceria público-privada como instrumento de planejamento urbano no Estatuto da Cidade (COTA; COSTA, 2008).

A maleabilidade na implantação das políticas urbanas representa certa abertura a interesses variados, correndo risco de não representarem interesses públicos. Apesar do avanço das diretrizes em fomentar a participação cidadã, manter a possibilidade de estabelecer a parceria público-privada pode gerar favorecimentos desproporcionais de interesses privados em detrimento do interesse público.

Em Belo Horizonte, Berquó (2016), Cota e Costa (2008) ressaltam que nenhuma experiência de reforma urbana seguiu as diretrizes da Lei nº 10.257/2001, principalmente no que se refere à implementação de formas de controle do instrumento com participação da sociedade civil. Contudo, as autoras explicam que nesse município a parceria público-privada serve ao interesse do setor privado, porque as operações urbanas somente ocorrem em áreas onde há o interesse prévio do capital imobiliário na sua viabilização, compreendendo-as como oportunidades de negócios.

Consequentemente, é comum vermos prostitutas que trabalham na Zona tendo que lutar pela possibilidade de permanência e demandar que as políticas sejam feitas de

“Putas não tem protocolo!”: Reflexões sobre resistências das prostitutas de Belo Horizonte às intervenções urbanas

Karina Dias Gea, Lisandra Espíndula Moreira, Letícia Cardoso Barreto

forma a considerar sua presença e valorizá-la. Assim, mesmo que o movimento social organizado brasileiro de prostitutas tenha 30 anos e tenha como luta a regulamentação de seus espaços para exercerem o trabalho, muitas vezes essa e outras pautas não são consideradas para além dos programas de políticas públicas da área de prevenção de DST's/ AIDS e acarreta um deslocamento do direito à cidade como uma luta importante para esse movimento.

Desde 2011, a Apromig começou a debater sobre a Copa das Confederações e a Copa do Mundo que aconteceriam em 2013 e 2014, respectivamente. Esse interesse começou após o início da construção do Golden Tulip, um hotel cinco estrelas na avenida dos Andradas, próximo à Zona e que tem o empresário Roberto Justus como um dos investidores (DIP, 2012). Com medo de valorização de região e que comessem novas ameaças e ações visando o fechamento dos hotéis de prostituição, Cida Vieira, presidente da Associação, disse que elas procuravam a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), o Ministério Público (MP), mas não obtinham informações seguras sobre o que aconteceria com a região e com as trabalhadoras sexuais (DIP, 2012). Outro planejamento urbano previsto na região, na época, era a instalação de uma UMEI (Unidade Municipal de Educação Infantil), o que também preocupava as prostitutas que interpretavam esses planejamentos e a falta de informações como indícios de um processo de higienização que poderia acontecer (BARRETO, 2015). O pânico moral em relação ao tráfico de pessoas era o tema de maior interesse da mídia e justificava ações no Estado, as ações do MP descritas, operações policiais, seminários e capacitações. Apesar de todo alarde e foco em possíveis situações de exploração, durante a Copa do Mundo, não foram identificados casos de tráfico de pessoas pela polícia ou pelo Programa de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas de Minas Gerais (PETP-MG) (BARRETO, 2015).

Em contrapartida aos entraves já apontados, compreendemos que a participação cidadã não se restringe aos espaços institucionais já definidos para ela e que a construção dos espaços urbanos e a garantia do direito à cidade podem ser tensionadas nos embates cotidianos. Nesse sentido, mesmo que na capital mineira a participação da sociedade civil e das associações representativas seja, muitas vezes, negada ou feita como um processo burocrático, isso não significa que não há resistências frente às operações urbanas.

“Putas não tem protocolo!”: Reflexões sobre resistências das prostitutas de Belo Horizonte às intervenções urbanas

Karina Dias Gea, Lisandra Espíndula Moreira, Letícia Cardoso Barreto

A aposta política e conceitual nas resistências dispersas para além dos formatos institucionais de participação desafia nossas ferramentas de pesquisa. Para compreender de forma sensível as organizações e lutas sociais pelo direito à cidade de grupos e associações marginalizadas como a das prostitutas, é necessário e fundamental problematizar os paradigmas epistemológicos e metodológicos para esse tipo de produção acadêmica.

A puta resistência

Em Belo Horizonte, o debate sobre direito à cidade se intensificou com os processos de remoções e marginalizações diante da reorganização do espaço urbano para realização da Copa das Confederações, em 2013, e da Copa do Mundo da Federação Internacional de Futebol (FIFA), de 2014. As argumentações em prol dessas transformações apontavam para a melhoria da urbanização e da mobilidade urbana, porém, num contexto mais amplo, podemos relacionar essas modificações a interesses do setor privado, vinculados aos especuladores imobiliários e a órgãos e instituições internacionais que promovem megaeventos, que direcionaram a lógica urbanística adotada por essa capital (FURIATI; MAYORGA, 2016). Nesse cenário, percebemos que mesmo que, majoritariamente, não se tenha ações específicas na região dos hotéis, o discurso é melhorar a qualidade de vida com a recuperação da área central por meio de obras, projetos sociais e combate às explorações sexuais. Contudo, em diversos momentos, o que ocorre são batidas policiais, cassação de alvarás de funcionamento e fechamento de hotéis de prostituição, prejudicando as trabalhadoras (BARRETO, 2008) – estigmatizando e desvalorizando mais a área, ao mesmo tempo em que tornou possível e necessária a organização das prostitutas, demonstrando o descompasso brasileiro em relação à prostituição.

Nesse período, durante a realização da pesquisa de inspiração etnográfica, realizada pela primeira autora, sob orientação das demais autoras, nos hotéis de prostituição da Zona, percebemos a incerteza que mobilizou as prostitutas de Belo Horizonte a resistir aos possíveis processos de higienização e gentrificação dos seus

“Putas não tem protocolo!”: Reflexões sobre resistências das prostitutas de Belo Horizonte às intervenções urbanas

Karina Dias Gea, Lisandra Espíndula Moreira, Letícia Cardoso Barreto

locais de trabalho. Alguns processos urbanos foram realizados e modificaram territórios tradicionais de prostituição da cidade, seja nas estruturas físicas ou no tráfego de carros, ônibus e pedestres, acarretando numa maior exposição e dificultando o encontro das prostitutas com seus clientes (BARRETO, 2015).

Concomitantemente, em 2013 e em 2014, o Ministério Público (MP) de Minas Gerais pediu o fechamento de hotéis de prostituição localizados na área da Guaicurus. Ambas as solicitações foram negadas pelos juízes, afirmando que a prostituição não é crime. Tendo em vista que não houve, nesses estabelecimentos, comprovação de exploração sexual (atividade tipificada como crime no Brasil), o magistrado responsável informou que as demandas do MP objetivavam higienizar a região para a realização dos megaeventos (CHEREM, 2014).

Como Henri Lefebvre (2001), compreendemos que o direito à cidade não é um direito individual, mas um direito coletivo, pois todos que estão nela são interdependentes, de maneira que qualquer modificação em uma área da cidade afeta a maneira como outra área é constituída. Nesse sentido, mesmo com essa falta de participação das prostitutas na gestão urbana, nos interessa compreender como foram construídas estratégias de resistência e vivência por essas mulheres, como formas diversificadas de luta pelo direito à cidade. Com o compromisso de construir ferramentas epistemológicas e metodológicas coerentes com a luta dessas mulheres, colocamos em questão formas de fazer pesquisa de modo a não reproduzir processos de marginalização e exclusão no percurso de construção de conhecimentos.

Proposta de um *puta* jeito de fazer pesquisa

As nossas reflexões sobre as relações entre putas e a cidade aliadas ao nosso amplo contato com o campo, nos levaram à necessidade de propor uma metodologia que desse conta do contexto em questão, marcado por uma fluidez própria. Durante a observação participante feita, como Simões (2010) sugere, sem pressa ou objetivo claro com o intuito de nos familiarizarmos com os detalhes, o cotidiano, com as ruas, hotéis, esquinas, comportamentos e hábitos, percebemos os diferentes ritmos, tempos, espaços

“Putá não tem protocolo!”: Reflexões sobre resistências das prostitutas de Belo Horizonte às intervenções urbanas

Karina Dias Gea, Lisandra Espíndula Moreira, Letícia Cardoso Barreto

e cartografias captados na Zona. As modificações urbanas são lentas e trazem incertezas, tanto nas construções de novos espaços – como o Novo Fórum Trabalhista de Belo Horizonte –, quanto nos novos galpões e casas abandonadas. Já os incontáveis e variados corpos que transitam nesse espaço também possuem variações; alguns que passam por ali para chegarem a outro local, outros que transitam nos estabelecimentos. Corpos que sobem as escadas íngremes dos “sobe e desce” à procura de prazer, companhia, uma bebida ou só para olhar. Tantos outros que permanecem para trabalhar no mercado, inclusive no mercado sexual, migram para o lar ao fim do turno, ou migram para outra cidade, ou, ainda, que fazem daquele espaço uma morada temporária. Percebemos assim, o caráter transitório dos corpos e objetos que configuram a cidade, que se (re)organizam continuamente e são capazes de denunciar ou evidenciar as forças contraditórias ativadas pelos processos interativos do corpo na cidade.

Propomos investigar o que Jacques (2008) considera como um tipo de microrresistências: a experiência corporal da cidade, por meio da corpografia urbana. É um tipo de cartografia realizada pelo e no corpo, a vivência da cidade que fica inscrita, mas que também configura o corpo de quem a experimenta. As relações entre corpo – de vivências cotidianas – e cidade, podem mostrar alguns caminhos alternativos, linhas de fuga, micropolíticas ou ações de resistência ao processo de espetacularização, higienização e gentrificação.

Dessa forma, elencamos como referencial ético, político, teórico e metodológico a perspectiva das epistemologias feministas, no ponto em que questionam a pretensão universal, singular e de única legitimidade da ciência moderna (LINO, 2014) e propõem a construção de novas ciências por meio das experiências e vivências das próprias mulheres. A construção da ciência moderna colaborou para processos de exclusão das mulheres na produção científica e, com isso, a exclusão também das suas experiências e seus pontos de vista particulares, o que constituiu/constitui um profundo déficit epistemológico (REYES; MAYORGA; MENEZES, 2017). Acreditamos que a proposta de realizar uma ciência feminista luta contra esse déficit epistemológico, colabora no processo de descolonização das práticas e da produção do conhecimento por meio da incorporação de ações mais transformadoras, críticas e com um forte compromisso ético-

“Putas não tem protocolo!”: Reflexões sobre resistências das prostitutas de Belo Horizonte às intervenções urbanas

Karina Dias Gea, Lisandra Espíndula Moreira, Letícia Cardoso Barreto

político.

Nesse sentido, é necessário desconstruir as perspectivas descorporificadas, neutras, objetivas e universalizantes da ciência e defender o posicionamento, a reflexividade e a criticidade dos corpos. Todavia, é importante ressaltar que as perspectivas feministas também são um campo no qual há diversidade, divergências e disputas, mesmo que haja o consenso de que todas reivindicam a equivalência de acesso a direitos, tanto na esfera pública quanto na esfera privada. Dessa forma, faz-se necessário demarcar também quais serão as perspectivas feministas que propomos articular para serem nossas lentes analíticas: o feminismo interseccional, o feminismo decolonial e o putafeminismo. A escolha desses feminismos se faz por se comprometerem com a construção de uma epistemologia a partir das vivências de mulheres heterogêneas e de mulheres prostitutas.

O feminismo interseccional é uma importante lente analítica proposta pelo movimento feminista negro. Esse feminismo se debruça sobre as hierarquias, as análises e teorizações para compreender melhor a realidade social. Dessa forma, possibilitou o tensionamento do modelo universal de “mulher” que o feminismo reproduzia/reproduz porque os sujeitos passam a ser abordados de forma mais complexa e sofisticada, conforme os processos de desigualdade e opressão são produzidos e reproduzidos por meio da articulação entre as categorias e sistemas de poder socialmente construídos, como classe, gênero, raça/etnia, geração, orientação sexual e origem (LINO, 2014; REYES; MAYORGA; MENEZES, 2017).

Para fortalecer a compreensão da complexidade envolvida nos processos de resistência das prostitutas na luta pelo direito à cidade, é necessário articular o feminismo decolonial. Essa vertente também se preocupa com propostas de transformação social e evidencia os mecanismos de dominação e exploração sociais, principalmente o colonialismo, o racismo, a política heterossexual e a relação dessas com a categoria analítica de gênero (REYES; MAYORGA; MENEZES, 2017).

Propomos também a articulação com o putafeminismo, uma das vertentes mais recentes e marginalizadas. Suas principais percussoras no Brasil são as próprias

“Putas não tem protocolo!”: Reflexões sobre resistências das prostitutas de Belo Horizonte às intervenções urbanas

Karina Dias Gea, Lisandra Espíndula Moreira, Letícia Cardoso Barreto

prostitutas. Consequentemente, parte da produção conceitual dessa vertente circula em espaços não acadêmicos, como *blogs*, revistas *online*, perfis de redes sociais e palestras. Além disso, compreendemos que o putafeminismo se produz na prática e no cotidiano dessas mulheres por meio das observações e inserções nos pontos.

Prada (2017a) e Moira (2016) afirmam que as prostitutas são excluídas dentro do próprio movimento feminista, principalmente quando o movimento compreende a prostituição como exploração e objetificação da mulher e não como um trabalho. Essa concepção faz com que o movimento de 30 anos seja invisibilizado e desqualificado frequentemente. Em contrapartida, algumas autoras reconhecem o movimento de prostitutas como um movimento feminista (BARRETO, 2015; MELINO, 2017), percebendo que ainda é grande o esforço para que o putafeminismo seja reconhecido e que suas protagonistas não sejam mais silenciadas ou vitimizadas.

Para Juliano (2004), uma estratégia fundamental para que seja estabelecida relação mais igualitária entre feministas e prostitutas é que as primeiras adotem uma postura laboral e uma visão menos vitimista da prostituição. O putafeminismo é motivado pela necessidade de auto-organização, emancipação e autonomia dessas mulheres, pois compreendem que a marginalização e a criminalização dos locais e das relações que são feitas para exercerem o seu trabalho só deixa as prostitutas mais expostas às violências (PRADA, 2015, 2017b). Por meio da compreensão dessa última corrente feminista, percebemos que as prostitutas constroem um *jeito puta* de fazer feminismo e, inevitavelmente, um *jeito puta* de se fazer política e resistências.

As ferramentas metodológicas não devem estar deslocadas da discussão conceitual e suas escolhas não definem apenas instrumentos técnicos, mas também compromissos éticos e políticos. Nesse sentido, o programa metodológico também aciona metodologias feministas, que são construídas na apropriação de métodos já existentes e aplicados com uma perspectiva feminista (WESTMERLAND, 2001). Focamos então na produção de conhecimentos que reuniu teoria e prática, por meio de um processo de investigação ativista, engajado e militante.

Para tal, seguimos a orientação da feminista estadunidense Bell Hooks (2003)

“Putas não tem protocolo!”: Reflexões sobre resistências das prostitutas de Belo Horizonte às intervenções urbanas

Karina Dias Gea, Lisandra Espíndula Moreira, Letícia Cardoso Barreto

sobre a importância de se criar uma teoria capaz de promover movimentos feministas renovados que transformem, curem e libertem. Essa teoria, segundo Hooks, nasce com base na compreensão da vida, do testemunho e da experiência pessoal de nossas lutas cotidianas. Dessa maneira, quando a nossa experiência vivida de teorização é vinculada a processos de cura pessoal e de libertação coletiva, “não existe brecha entre a teoria e a prática” (HOOKS, 2003, p. 85-86).

Programa metodológico

A partir do exposto ficou um desafio: como fazer uma pesquisa com uma teoria fundamentalmente ligada à vida cotidiana e prática das prostitutas? As nossas reflexões sobre as relações entre putas e a cidade, aliadas ao nosso amplo contato com o campo, nos levaram à necessidade de propor uma metodologia que desse conta do contexto em questão, marcado por uma fluidez própria. A inserção em campo foi se mostrando muitas vezes semelhante ao que observávamos em relação ao trabalho desempenhado por nossas interlocutoras de pesquisa. Inevitavelmente, a frase tão usada por Maria de Jesus⁵, no 6º Encontro Nacional de Prostitutas⁶, do qual foi uma das organizadoras, não parou de ecoar: “Putas não tem protocolo!”. Sempre que ela pegava o microfone e falava a frase significava que a programação estabelecida seria modificada, seja para incluir mais uma participante na mesa, trocar a ordem das mesas e até cancelar alguma. Essa frase e toda a reorganização que era estabelecida evidenciou, assim como o campo, que as prostitutas e o movimento social organizado possuem uma flexibilidade; conseqüentemente, nos inspiramos não só nessa frase, mas em tudo que ouvimos, presenciamos e vivemos, para propor a construção de um *jeito puta* de fazer pesquisa por meio do que nomeamos de

⁵ Maria de Jesus é fundadora e coordenadora-geral da Associação das Profissionais do Sexo do Maranhão (Aprosmá); foi prostituta por 20 anos e é a representante no Nordeste da Rede Brasileira de Prostitutas (RBP).

⁶ O 6º Encontro Nacional de Prostitutas: 30 anos de memórias, histórias e lutas, realizado de 21 a 23 de setembro, no Convento das Mercês (Desterro) em São Luís-MA, em comemoração aos 30 anos do movimento organizado. Estavam presentes representantes dos três grandes movimentos de prostitutas, de associações de vários estados, representante do Ministério da Saúde (MS), pesquisadores, juízas, entre outras aliadas. Conteve uma programação de mesas, debates, reflexões sobre o momento atual do movimento e seus próximos passos. Teve financiamento do Ministério da Saúde (MS) e apoio da prefeitura e do governo de São Luís.

“Putá não tem protocolo!”: Reflexões sobre resistências das prostitutas de Belo Horizonte às intervenções urbanas

Karina Dias Gea, Lisandra Espíndula Moreira, Letícia Cardoso Barreto

“programa metodológico”.

“Programa” é o nome que as prostitutas dão à transação com o cliente feita por um acordo verbal da negociação das práticas (sexuais ou não) que serão realizadas, o preço que será cobrado e o tempo de duração. Contudo, durante esse atendimento é possível renegociar fazendo o *programa*, já em execução, incluir mais práticas, aumentar o valor e a duração. Nosso programa metodológico se situa entre zonas de conhecimento, tendo em vista que articula campos de saberes interessados em questões sociais e subjetivas, em especial, a Psicologia Social, campo acadêmico de inserção dessa pesquisa e a Antropologia, que produz a etnografia como ferramenta metodológica. A antropologia brasileira se destaca nos estudos sobre prostituição no Brasil ou fora dele. Tomamos como inspiração, principalmente, os trabalhos etnográficos de Bento (2006), Helene (2015), Olivar (2010), Piscitelli (2004, 2013), Simões (2010) e Barreto (2008, 2015). Nessa “*transa*”⁷ entre o campo e a revisão bibliográfica, utilizamos negociações metodológicas: observação participante e diário de campo.

Normalmente, um programa de “pacote simples” custa 30 reais, mas pode ter seu valor aumentado de acordo com o que vai ser feito, com quem, ou por quanto tempo. Algo semelhante com o que ocorre nas entrevistas e observações. Assim, dependendo das negociações que vão se estabelecendo nas conversas, entrevistas e participações observantes, uma entrevista rápida, com um roteiro semiestruturado, pode converter-se em uma longa entrevista, com detalhes na casa dela. Outras podem se tornar conversas informais, que, inclusive, podem conduzir até o bar de algum dos hotéis ou até uma esquina próxima. Logo, assim como os trabalhos de Barreto (2015), Olivar (2010) e as vivências nos *pontos*, as técnicas usadas para as entrevistas variaram, podendo ser entrevistas informais, mais ou menos estruturadas, gravadas ou não, transcritas ou não, mas que foram relatadas em diário de campo e, de alguma forma, compõem nossas análises.

A observação participante, conforme Cicourel (1990), é um instrumento

⁷ O termo “*transa*” foi utilizado durante o curso de extensão *Uma revolução particular: o movimento brasileiro de prostitutas* como sinônimo de “*trocas*” e “*conversas*” pelas prostitutas e parceiras do movimento.

“Putas não tem protocolo!”: Reflexões sobre resistências das prostitutas de Belo Horizonte às intervenções urbanas

Karina Dias Gea, Lisandra Espíndula Moreira, Letícia Cardoso Barreto

metodológico que permite observar e ir além, participando da vida delas em certa medida, o que leva a pesquisadora a modificar e ser modificada pela experiência vivenciada. Foi possível realizar essa observação participante devido à inserção de sete anos nos territórios de prostituição de baixo meretrício de Belo Horizonte, através de atividades de extensão, pesquisa e parcerias institucionais na Aprosmig de 2011 a 2018. Assim, as trocas se tornaram mais fortes e frequentes, a ponto de realizarmos observações de momentos importantes e que possibilitaram uma maior sensibilidade para compreendermos as resistências e a força que possuem. Ou seja, a observação participante construiu uma relação aberta, densa, constante, permitindo realizar reflexões e questionamentos como nos trabalhos de Piscitelli (2004, 2013) e com a sensibilidade e disponibilidade para a exposição às novidades (CAIAFA, 2007).

A partir disso, não só a cidade, mas os corpos daquelas que nos afetaram mobilizaram nossos corpos tornando-os implicados. Consequentemente, nos tornamos militantes junto às suas lutas e nos mobilizando, a tal ponto que nossos corpos também participaram das microrresistências, colaborando nas construções e/ou aceitando convites para desfilar pela DasPu⁸, para participar de gravações de filmes, do Puta Dei's⁹, frequentando os espaços que compartilham em momentos de lazer ao final do turno, suas casas. Vivenciando a cidade, os hotéis, as ruas e esquinas sem a preocupação de ser abordada ou confundida com uma trabalhadora por um cliente, repórter, curioso, já que não nos preocupamos mais em fomentar essa linha tênue entre a “puta e a santa”, borrando essas fronteiras.

Assim como nossas inserções nesse campo e nos afetos provocados, a

⁸ DasPu é uma grife criada em 2005 pela prostituta Gabriela Leite, ativista e fundadora do movimento de prostitutas no Brasil, para dar visibilidade e recursos para o movimento e as ações da organização Davida, fundada na década de 90. Daspu, posteriormente, tornou-se um movimento cultural que ocupa cada vez mais os espaços urbanos, públicos ou privados, para trabalhar de forma diferente e lúdica temas relacionados à prostituição, sexualidade, gênero e cidade (DASPU, 2017).

⁹ “Putas Dei” ou “Putas Day” é o nome dado pelo movimento de prostitutas no Brasil às comemorações do Dia Internacional da Prostituta (2 de junho). Essa data, celebrada em diversos países, foi escolhida em virtude de uma manifestação de 1975 em Lyon, em que mais de 100 prostitutas ocuparam a igreja Saint-Nizier.

“Putas não tem protocolo!”: Reflexões sobre resistências das prostitutas de Belo Horizonte às intervenções urbanas

Karina Dias Gea, Lisandra Espíndula Moreira, Letícia Cardoso Barreto

metodologia foi se adequando e se aprofundando também. Assim, se nos “programas” o sexo tradicional é realizado, mas é também subvertido e reinventado em outras práticas sexuais ou até mesmo em conversas e atenção, nossos métodos também foram se adequando ao contexto e às relações construídas. Para o registro das experiências, reflexões e impressões do trabalho de campo, outra negociação se mostrou valiosa: a escrita em diário de campo. A escrita do diário feito “estando lá” no campo, ônibus, espaços públicos, em casa (fora do campo) possui diferenças, mas faz parte de um mesmo processo de produção do conhecimento, quando bem articulada (GEERTZ, 1988). Essas duas escritas colaboraram na produção de dados e têm a função de transformar observações, frases, sensações e afetos captados no campo em conhecimento, alcançando a coprodução.

A puta resistência em Belo Horizonte

A partir da construção, descrita acima, de uma epistemologia e uma metodologia que respeitasse as prostitutas e todas suas mobilizações, buscamos analisar as distintas formas que elas possuem para resistir e lutar pelo direito à cidade e apresentamos algumas.

Como não possuía aberturas institucionais para terem informações e participação dos projetos urbanos previstos na região para a realização da Copa das Confederações e da Copa do Mundo, a Associação começou a realizar mobilizações para dar visibilidade as suas demandas e criar formas de aproveitar ao máximo o possível aumento de clientes que a Copa poderia trazer. Uma das primeiras mobilizações foi a realização do “Miss Prostituta” de 2012 a 2014, em parceria com o Uai Shopping (shopping popular localizado no Centro de Belo Horizonte) durante os festivais que visam o combate do preconceito de vários grupos sociais. Em entrevista, a presidente da Aprosmig, Cida Vieira, relatou: “Queremos reclamar, com esse desfile, de tudo que a prostituta passa no dia a dia: tortura psicológica, violência. Queremos pisar na passarela como se estivéssemos pisando no preconceito. Não queremos mais ser invisíveis” (RUBENS, 2012).

Outra mobilização foi a criação de cursos de idiomas gratuitos para as prostitutas

“Putas não tem protocolo!”: Reflexões sobre resistências das prostitutas de Belo Horizonte às intervenções urbanas

Karina Dias Gea, Lisandra Espíndula Moreira, Letícia Cardoso Barreto

em 2013, com turmas de inglês, espanhol, francês e italiano. Os cursos seriam realizados em parceria com o UAI Shopping, que cederia o espaço, e com professores voluntários que ensinariam o essencial para comunicação, voltado para um “vocabulário técnico”, para exercerem o trabalho (PRÊTA, 2013). Em 2014, também, organizaram uma “Pelada” chamada de “Zona Padrão Fifa” (jogos de futebol com prostitutas, parceiras e estudantes universitárias) na rua Guaicurus. Foi uma forma diferente de manifestar em busca de melhores condições de trabalho e reconhecimento da profissão (LACERDA, 2014).

Além disso, a Aprosmig começou a participar de editais de financiamento do Fundo Brasil de Direitos Humanos, em 2013, com o projeto “Prostitutas são cidadãs”, em que realizaram ações políticas, culturais visando ao acesso à cidade e o enfrentamento às violações dos direitos das prostitutas no contexto da Copa do Mundo em Belo Horizonte, e, em 2015, com o projeto “Prostituta, Direitos e Migração” para realizar estratégias de prevenção ao fenômeno do tráfico de pessoas em Minas Gerais.

Compreendendo o corpo enquanto resistência e instância política, somos capazes de compreender e analisar melhor as estratégias em que as prostitutas usam seus corpos e a ocupação da cidade como resistências. Murray (2016) nomeia essa forma inovadora e corporificada de fazer política das prostitutas brasileiras de “puta *politics*” (política de puta), significa que, majoritariamente, são ações com uma complexidade orquestrada, cheias de movimento, caos intencional e que possuem três características fundamentais:

Utilizar humor e o prazer para desafiar o que é percebido como não apropriado e/ou imoral, incluindo o uso dos próprios corpos como campos de resistência; romper hierarquias e focar na importância de estruturas se adaptarem à cultura da prostituição, ao invés do contrário; e, em terceiro, sustentar certos sistemas enquanto destrói outros, borrando e criando limites ao mesmo tempo. A ambiguidade, flexibilidade e imprevisibilidade estratégica são suas maiores forças. (MURRAY, 2016, p. 12)

Ou seja, as ocupações, performances, desfiles e outros atos que fazem as prostitutas se apropriarem do espaço público com o intuito de propor e (re)construir novas experiências urbanas. Para desestabilizar a aparente ordem estabelecida no espaço

“Putá não tem protocolo!”: Reflexões sobre resistências das prostitutas de Belo Horizonte às intervenções urbanas

Karina Dias Gea, Lisandra Espíndula Moreira, Letícia Cardoso Barreto

público ou evidenciar as contradições já evidentes, o uso do corpo é prioritário e é utilizado também como estratégias em outros espaços, como nos espaços privados e nos institucionais.

Considerações finais

Analisar o modo como a mobilização na luta pelo direito à cidade se efetiva de maneira diversificada no movimento de prostitutas, conforme verificado em Belo Horizonte, nos instiga a olhar para resistências que se consolidam no cotidiano e em diferentes espaços urbanos muito mais do que nas instâncias oficiais de participação cidadã nos planejamentos urbanos. Estabelecer como objetivo analisar as resistências implica desafios epistemológicos e metodológicos para deslocar nossas ferramentas tradicionais de produção de conhecimento.

A luta pela desconstrução do estigma das prostitutas e pela obtenção de direitos civis – principais bandeiras da Associação de Prostitutas de Minas Gerais – se diversifica, ampliando os horizontes de luta por direitos e questionando se as prostitutas também terão direito à cidade. Frente à ameaça de fechar os hotéis de prostituição e de mudanças higienistas no planejamento urbano, esse movimento social inventa formas de luta na utilização do espaço urbano da Zona para visibilizar suas demandas.

O estigma, o preconceito e a invisibilidade das prostitutas em nossas sociedades é efeito de perspectivas de poder que lançam mão de discursos, dispositivos e saberes para desqualificar essa experiência... Mas ainda que setores da sociedade se incomodem ou queiram abolir a prostituição, na Guaicurus as prostitutas se apropriam, inventam e reinventam esse território, fazendo parte da cidade e resistindo a prescrições, estigmatizações e violências diversas. (BARRETO; MAYORGA, 2017, p. 282)

As estratégias envolvem ações como performances artísticas, festivais, concurso de Miss prostitutas, “Peladas” para promover a ocupação política da cidade e de visibilização dos seus trabalhos, com ajuda das redes sociais e da imprensa, buscando promover um outro olhar sobre o tema da prostituição para além do pânico moral do

“Putas não tem protocolo!”: Reflexões sobre resistências das prostitutas de Belo Horizonte às intervenções urbanas

Karina Dias Gea, Lisandra Espíndula Moreira, Letícia Cardoso Barreto

tráfico de pessoas e da exploração sexual de crianças, adolescentes e mulheres – crimes que a Aprosmig visa também combater. Além disso, a divulgação servia para atrair a atenção, tornar visível, valorizar o trabalho sexual e conseguir estabelecer mais parcerias.

Nos espaços da cidade em disputa, as prostitutas são as primeiras a serem expulsas quando se inicia a maior parte das intervenções urbanas (LEITE, 2006). Mesmo com as intervenções, ações policiais e falta de espaço para uma participação do planejamento urbano da área, as integrantes da Aprosmig conseguiram com a sua resistência e criatividade permanecer na Zona e divulgar suas bandeiras.

Essa maneira distinta de luta pelo direito à cidade pauta também a necessidade de repensar as formas de se compreender mobilizações, resistência e feminismo. Os movimentos de prostitutas constantemente (re)constróem formas de militar dentro do feminismo e dentro da cidade, de maneira performática em que o corpo, sensualidade, humor e prazer também estão em jogo. Visibilizar as lutas sociais das prostitutas, seja para políticas de saúde e prevenção, seja nos direitos trabalhistas ou, no caso da presente discussão, o direito à cidade é construir um movimento feminista mais plural, uma ciência que produza conhecimentos sobre as resistências, um conceito de cidadania mais amplo e, no debate urbano, uma cidade diversa.

“Putá não tem protocolo!”: Reflexões sobre resistências das prostitutas de Belo Horizonte às intervenções urbanas

Karina Dias Gea, Lisandra Espíndula Moreira, Letícia Cardoso Barreto

Referências

- BARRETO, Letícia Cardoso. **Prostituição, gênero e sexualidade**: hierarquias sociais e enfrentamentos no contexto de Belo Horizonte. 2008. 154 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.
- BARRETO, Letícia Cardoso. **“Somos sujeitas políticas de nossa própria história”**: prostituição e feminismos em Belo Horizonte. 2015. 261 f. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciência Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.
- BARRETO, Letícia Cardoso; MAYORGA, Cláudia. Territórios da prostituição: o caso da Guaicurus em Belo Horizonte/MG. In: RAMOS, M.; NICOLI, P.A.; ALKMIN, G. C. (Orgs.). **Gênero, Sexualidade e Direitos Humanos**: perspectivas multidisciplinares. Belo Horizonte: Initia Via, 2017, p. 268-284.
- BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2006.
- BERQUÓ, Paula Bruzzi. **A ocupação e a produção de espaços biopotentes em Belo Horizonte**: entre rastros e emergências. 2016. 507 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.
- BRASIL. Congresso Nacional. **Lei 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: 01 fev. 2018.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Imprensa Nacional. 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 01 fev. 2018.
- CAIAFA, Janice. **Aventura das cidades**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007.
- CHEREM, Carlos Eduardo. Justiça barra fechamento de zona de prostituição em Belo Horizonte. **Uol Notícias Online**, Belo Horizonte, 5 abr. 2014. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2014/04/05/justica-barra-fechamento-de-zona-de-prostituicao-de-belo-horizonte.htm>>. Acesso em: 01 mar. 2018.
- CICOUREL, Aaron. Teoria e método em pesquisa de campo. In: GUIMARÃES, Alba Zaluar (Org.). **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990. p. 87–121.
- COTA, Daniela Abritta; COSTA, Geraldo Magela. Operação urbana: uma avaliação crítica. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, Belo Horizonte, v. 15, n. 17, p. 136-157, mar., 2010. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/Arquiteturaeurbanismo/article/view/1007/998>>.

“Putas não tem protocolo!”: Reflexões sobre resistências das prostitutas de Belo Horizonte às intervenções urbanas

Karina Dias Gea, Lisandra Espíndula Moreira, Letícia Cardoso Barreto

Acesso em: 01 mar. 2018.

DASPU. O que é. **DasPu Online**, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<http://daspu.com.br/o-que-e/>>. Acesso em: 05 de set. 2018.

DIP, Andrea. As prostitutas de BH perguntam: e a gente, como fica? **Pública Agência de Jornalismo Investigativo Online**, Belo Horizonte, 18 set. de 2012. Disponível em: <<https://apublica.org/2012/09/gente-como-fica/>>. Acesso em: 2 mar. 2018.

ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro – 1840 à 1890**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1989.

FURIATI, Lucas; MAYORGA, Claudia. Sem Lugar: A experiência de remoção de mulheres faveladas. **Rev. Polis Psique**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 45-69, jul., 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238152X2016000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 jun. 2017.

GEERTZ, Clifford. **Works and lives: the anthropologist as author**. Stanford: Stanford University, 1988.

HELENE, Diana. **“Preta, pobre e puta”**: a segregação urbana da prostituição em Campinas Jardim Itatinga. 2015. 334 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade**. Traduções de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2003.

JACQUES, Paola Berenstein. Corpografias urbanas. **Arquitextos**, São Paulo: Vitruvius, ano 08, n. 093.07, fev., 2008. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.093/165>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

JULIANO, Dolores. El peso de la discriminación: debates teóricos y fundamentaciones. In: OSBORNE, R. (Org.). **Trabajadoras del sexo: derechos, migraciones y tráfico en el siglo XXI**. Barcelona: Bellaterra, 2004, p. 43–55.

KAPP, Silke. Direito ao espaço cotidiano: moradia e autonomia no plano de uma metrópole. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 14, n. 28, p. 463-486, 2012. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/14818>>. Acesso em: 5 mar. 2018.

LACERDA, Vinícius. Prostitutas jogam 'pelada' na Guaicurus por registro da profissão. **O Tempo Online**, Belo Horizonte, 14 jun. de 2014. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/cidades/prostitutas-jogam-pelada-na-guaicurus-por-registro-da-profiss%C3%A3o-1.864979>>. Acesso em: 2 mar. 2018.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 2001.

“Putas não tem protocolo!”: Reflexões sobre resistências das prostitutas de Belo Horizonte às intervenções urbanas

Karina Dias Gea, Lisandra Espíndula Moreira, Letícia Cardoso Barreto

LEITE, Gabriela. Daspu: uma grife surpreendente (entrevista). **Revista Caros Amigos**, n. 106. São Paulo: Editora Casa Amarela, jan. de 2006.

LINO, Tayane. **O lócus enunciativo do sujeito subalterno**: uma análise da produção científica de Gloria Anzaldúa e Bell Hooks. 2014. 173 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

MELINO, Heloísa. **Potência das Ruas**: direito, linguagens e emancipação: processos de luta e o potencial transformador dos movimentos sociais. Rio de Janeiro: Multifoco, 2017.

MOIRA, Amara. O feminismo precisa aceitar as prostitutas. **AzMina Online**, 15 jul. 2016. Disponível em: <<http://azmina.com.br/2016/06/artigo-amara/>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

MURRAY, Laura Rebecca. Uma reflexão histórica, teórica e etnográfica sobre o ativismo de prostitutas no Brasil. In: 30 ABA: POLÍTICAS DA ANTROPOLOGIA: ÉTICA, DIVERSIDADE E CONFLITOS, 30, 2016, João Pessoa. **Anais...**, João Pessoa: UFPB, 2016, p. 1-14.

OLIVAR, José Miguel Nieto. **Guerras, trânsitos e apropriações**: políticas da prostituição feminina a partir das experiências de quatro mulheres militantes em Porto Alegre. 2010, 385 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

PISCITELLI, Adriana. On “gringos” and “natives”: gender and sexuality in the context of international sex tourism in Fortaleza, Brazil. **Vibrant**, v. 1, n. 1/2, p. 87-114, 2004.

PISCITELLI, Adriana. **Trânsitos**: Brasileiras nos mercados transnacionais do sexo. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2013.

PRADA, Monique. Não pode mais falar putafobia? **A cortesã moderna online**, 11 maio de 2017a. Disponível em: <<http://acortesamoderna.com.br/nao-pode-mais-falar-putafobia/>>. Acessado em: 2 jun. 2017.

PRADA, Monique. Prostitutas são mulheres trabalhadoras – assim como você. **Mídia Ninja Online**, 06 de abr. de 2017b. Disponível em: <<http://midianinja.org/moniqueprada/>

[prostitutas-sao-mulheres-trabalhadoras-assimcomo-voce/](http://midianinja.org/moniqueprada/prostitutas-sao-mulheres-trabalhadoras-assimcomo-voce/)> Acesso em 5 jun. 2016.

PRADA, Monique. Monique Prada: prostituta e ativista. **Carta Play Online**, 16 jun. de 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=vSRTrWPY55g>>. Acesso em: 20 jun. de 2016.

PRÊTA, Lucas Catta. Aulas de idiomas para prostitutas e travestis começam em Belo Horizonte. **G1 Online**, Belo Horizonte, 04 de março de 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2013/03/aulas-de-idiommas-para-prostitutas-e-travestis-comecam-em-belo-horizonte.h>> Acesso em: 1 mar. 2018.

“Putá não tem protocolo!”: Reflexões sobre resistências das prostitutas de Belo Horizonte às intervenções urbanas

Karina Dias Gea, Lisandra Espíndula Moreira, Letícia Cardoso Barreto

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890- 1930. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1985.

REYES, María I.; MAYORGA, Claudia; MENEZES, Jaileila A. Psicología y Feminismo: Cuestiones epistemológicas metodológicas. **Psicoperspectivas**, Valparaíso, v. 16, n. 2, 2017. p. 1-8, jul. Disponível em: <https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-69242017000200001&lng=es&nrm=iso> Acesso em: 25 ago. 2017.

RUBENS, Ney. Concurso elege 'Miss Prostituta' em Belo Horizonte. **Terra Online**, Belo Horizonte, 30 set. 2012. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/concurso-elege-miss-prostituta-em-belo-horizonte,3e73dc84ofoda310VgnCLD200000bbcceboarCRD.html>> Acesso em: 1 mar. 2018.

SÁ, Ana Isabel J. A. **Urbanismo entre pares**: cidade e tecnopolítica. 2014. 204 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

SILVA, Regina Helena Alves et al. Dispositivos de memória e narrativas do espaço urbano: cartografias flutuantes no tempo e espaço. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (E-compós)**, Brasília, v.11, n.1, jan./abr., 2008.

SIMÕES, Soraya. **Vila Mimosa**: etnografia da cidade cenográfica da prostituição carioca. Niterói: EdUFF, 2010.

SMITH, Neil. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à “regeneração” urbana como estratégia urbana local. In: BIDOUZACHARIASEN, Catherine; HIERNAUX-NICHOLAS, Daniel; RIVIÈRE D’ARC, Hélène; SILVA, Helena M. B. **De volta à cidade**: dos processos de gentrificação às políticas de revitalização dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006. p. 59-87.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

WIJERS, Marjan. Delincuente, víctima, mal social o mujer trabajadora: perspectivas legales sobre la prostitución. In: OSBORNE, Raquel (Org.). **Trabajadoras del sexo**: derechos, migraciones y tráfico en el siglo XXI. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2004. p. 209–221.

WESTMERLAND, Nicole. The Quantitative/Qualitative Debate and Feminist Research: A Subjective View of Objectivity. **Forum Qualitative Sozialforschung / Forum: Qualitative Social Research**, vol. 2, n. 1, Art. 13, feb. 2001. Disponível em: <<http://www.qualitative-research.net/index.php/fqs/article/view/974/2124>> Acesso em: 1 out. 2017.

“Putas não tem protocolo!”: Reflexões sobre resistências das prostitutas de Belo Horizonte às intervenções urbanas

Karina Dias Gea, Lisandra Espíndula Moreira, Letícia Cardoso Barreto

Recebido em: 03/04/2018

Aprovado 03/09/2018

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

Centro de Ciências Humanas e da Educação - FAED

Revista PerCursos

Volume 19 - Número 40 - Ano 2018

revistapercursos@gmail.com